



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 27/10/2025

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ)** - A Deputada alertou para a escalada da violência contra profissionais de saúde no Estado do Rio de Janeiro, afirmando que médicos, enfermeiros e demais trabalhadores atuam expostos a riscos dentro das unidades hospitalares. Relatou invasões de traficantes a hospitais para assaltos e resgates de criminosos, ressaltando que a segurança patrimonial não protege vidas. Lembrou que, na condição de Deputada Estadual, realizou várias audiências públicas, em que foram apuradas pelas Delegacias várias ocorrências policiais contra profissionais de saúde. Ademais, destacou a apresentação de Projeto de Lei, de sua autoria, o Ronda da Saúde, inspirado no Ronda Escolar, que prevê viaturas de apoio para dar proteção e tranquilidade aos profissionais de saúde. Ao final, solicitou ao Governador Cláudio Castro que garanta condições dignas e seguras de trabalho para quem salva vidas.

**Leônidas Cristino (PDT - CE)** - O Deputado elogiou a audiência pública promovida pela Comissão de Viação e Transportes (CVT) sobre a construção do primeiro túnel submerso do Brasil, que ligará Santos (SP) a Guarujá (SP). Informou que o leilão da concessão ocorreu em 5 de setembro de 2025, tendo como vencedora a empresa portuguesa Mota-Engil. Destacou que a obra, de grande impacto na mobilidade urbana da Baixada Santista, exige atenção aos custos, benefícios e impactos ambientais, como a remoção de sedimentos e as obras civis em ambos os lados do canal. Por fim, ressaltou a importância da segurança da estrutura e dos planos de resposta a acidentes.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado destacou a importância da BR-030 para a integração regional e o desenvolvimento econômico do sudoeste da Bahia. Informou que está prestes a ser concluído o trecho entre Carinhanha (BA), Feira da Mata (BA) e Cocos (BA), fruto de articulação com os Prefeitos Valmir e Chica e com a população local. Ressaltou que o próximo desafio é a execução do trecho entre Cocos (BA) e Amambai (MS), de 214 quilômetros, cuja licença ambiental foi recentemente liberada, com recursos já disponíveis no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Afirmou ainda que a pavimentação completa da rodovia, orçada em 833 milhões de reais, beneficiará uma região altamente produtiva, onde se localiza o Aquífero Urucuia. Ao final, agradeceu ao Governador Jerônimo Rodrigues pelo apoio ao projeto.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado celebrou os 170 anos de emancipação política de Mamanguape (PB), destacando sua relevância histórica e econômica para o Vale do Mamanguape e recordando a visita do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

Imperador Dom Pedro II em 1859. Ressaltou seu compromisso com o desenvolvimento local, apontando o envio de recursos para infraestrutura, saúde pública, ambulância e reforço da Guarda Municipal. Ao final, reafirmou sua disposição em atuar na Câmara dos Deputados em defesa do Brasil e da Paraíba.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado elogiou as ações do Governador do Maranhão, Carlos Brandão, na melhoria da infraestrutura estadual, destacando a pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Governador Edison Lobão (MA) ao polo coureiro de Ribeirãozinho, o maior do Nordeste. Explicou que o empreendimento, executado pela Agemsul em parceria com o Prefeito Flávio e o Secretário de Assuntos Municipalistas Orleans, beneficia indústrias de curtume e de produção de petiscos para animais, que já geram mais de 2 mil empregos e deverão ampliar significativamente a oferta de trabalho local. Enfatizou que a obra impulsionará o desenvolvimento econômico e evitará o êxodo de maranhenses para outros Estados. Ao final, agradeceu o apoio do Governador e das lideranças municipais que contribuíram para a concretização do projeto.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado celebrou o pagamento do 14º salário aos servidores da educação de Parnarama (MA), destacando que o depósito já foi efetivado pela Prefeitura e elogiando a gestão do Prefeito Juvenal pela continuidade do trabalho do ex-Prefeito Raimundinho Silveira. Ressaltou que a iniciativa valoriza os profissionais e melhora a vida da população local. Ademais, afirmou que a reunião entre o Presidente Lula e o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, evidenciou a postura independente e soberana do Brasil na geopolítica mundial, exaltando a firmeza de Lula na defesa dos interesses nacionais.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado repudiou as declarações do Presidente Lula, afirmando que o Chefe do Executivo defendeu traficantes e organizações criminosas ao tratá-los como vítimas. Alegou ainda que cerca de 40% da população brasileira vive sob domínio do tráfico e que a criminalidade cresce devido à conivência do Governo Federal. Ademais, condenou a reação da imprensa, destacando o tratamento enviesado dado ao ex-Presidente Bolsonaro, acusando-a de omitir-se diante dos erros de Lula. Ao final, afirmou que o povo brasileiro não merece um Presidente que defende traficantes.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado destacou que a Oposição está enfrentando dificuldades em seus discursos políticos diante do prestígio internacional do Presidente Lula e da queda da inflação. Ademais, comemorou a reunião entre Lula e o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Além disso, criticou o ex-Presidente Bolsonaro e seus aliados e afirmou que Bolsonaro irá para a prisão. Elogiou ainda a melhora na economia, com redução de preços e ampliação de programas sociais como o Pé-de-Meia e o Minha Casa,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

Minha Vida. Ao final, parabenizou o Presidente Lula pelo aniversário e a Chancelaria Brasileira pela condução da política externa.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado repudiou a declaração do Presidente Lula em que afirmou que traficantes são vítimas dos usuários de drogas. Ademais, sustentou que o Presidente demonstra desequilíbrio moral e mental, não possuindo condições de permanecer no cargo. Além disso, denunciou o aumento da criminalidade e o domínio de facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho nas favelas brasileiras. Recordou ainda que Lula já havia relativizado o crime ao afirmar que ladrões de celular são vítimas da sociedade. Ao final, defendeu prisão para os criminosos.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2025, que susta os efeitos do Decreto nº 12.686, de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, editado pelo Presidente Lula, por considerá-lo inconstitucional, ilegal e imoral. Ademais, afirmou que o referido Decreto ameaça o funcionamento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e pode levar ao fechamento de escolas especializadas, prejudicando principalmente famílias humildes que dependem desses serviços para a educação de seus filhos. Ao final, ressaltou que cabe à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal agir com urgência para impedir esse retrocesso.

**Silvia Cristina (PP - RO)** - A Deputada celebrou os 40 anos do cooperativismo em Rondônia. Destacou que as cooperativas desempenham papel essencial no desenvolvimento econômico, social e sustentável, gerando emprego, renda e qualidade de vida, além de fortalecerem o campo, a indústria e o setor de serviços. Enfatizou que o cooperativismo é mais do que um modelo de negócio, sendo uma forma de viver pautada na cooperação e na esperança em um futuro construído coletivamente. Ao final, parabenizou o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) de Rondônia, Salatiel Rodrigues, e todos os cooperativistas pelas conquistas alcançadas ao longo de quatro décadas.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado elogiou o avanço do projeto de irrigação do Vale do Iuiú (BA) e anunciou a realização de audiências públicas organizadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) nos Municípios de Malhada (BA), Iuiú (BA) e Palmas de Monte Alto (BA), com a presença de Prefeitos, Vereadores e lideranças locais. Explicou que a iniciativa, aguardada há mais de 50 anos, entra em sua fase final e deve resultar na licitação do projeto executivo ainda em 2026, possivelmente por meio de parceria público-privada. Ressaltou o potencial produtivo e ambientalmente sustentável da região e os benefícios econômicos esperados, estimados em mais de 2 bilhões de reais anuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

Ao final, agradeceu o apoio do Presidente Lula, do Governador Jerônimo Rodrigues, dos Senadores baianos e da Codevasf pela priorização do empreendimento.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado afirmou que o ex-Presidente Bolsonaro é vítima de um Estado ditatorial e se encontra há 84 dias em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica, sem ter cometido crime. Denunciou o Estado de Exceção no Brasil, responsável por perseguições políticas e injustiças. Alegou ainda que Bolsonaro vem sendo torturado moral e fisicamente, lembrando o atentado sofrido durante a campanha presidencial e as cirurgias posteriores. Criticou também a prisão da Deputada Carla Zambelli, que ocorre sem provas, bem como a existência de outros presos políticos no País. Ao final, condenou o ativismo judicial e afirmou que o Congresso Nacional elegerá mais representantes da Direita em 2026, seguindo o exemplo da vitória do Presidente Javier Milei nas eleições para o Parlamento argentino.

**Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ)** - A Deputada defendeu que o Parlamento priorize o debate sobre os problemas que afetam diretamente a população, independentemente de ideologias políticas. Enfatizou a necessidade de fortalecer as políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação e segurança. Destacou a precariedade do atendimento materno-infantil no Rio de Janeiro (RJ) e relatou visitas a maternidades municipais, onde observou falta de pediatras, infiltrações, mofo, presença de baratas e ratos, além de riscos à saúde de mães e recém-nascidos. Ao final, informou que pediu providências ao Prefeito do Rio de Janeiro (RJ) e defendeu dignidade e condições adequadas de trabalho aos profissionais da saúde e de atendimento às mulheres nas maternidades públicas.

**Sargento Fatur (PSD - PR)** - O Deputado repudiou a declaração do Presidente Lula de que traficantes são vítimas dos usuários de drogas. Ademais, parabenizou policiais militares e rodoviários do Paraná pela apreensão de mais de uma tonelada de maconha em Peabiru (PR), afirmando que a ação representa a verdadeira defesa da sociedade, em contraste com as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e com as declarações do Presidente da República. Elogiou também bombeiros militares que, em Cascavel (PR), arriscaram a vida ao salvar pessoas durante um incêndio, sofrendo queimaduras. Ao final, reafirmou orgulho em ser Primeiro-Sargento da Polícia Militar do Paraná e homenageou os profissionais da segurança pública pela coragem e dedicação.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado lembrou que a Avenida IV Centenário, em São Luís (MA), foi entregue em 2014 pela então Governadora Roseana Sarney como parte do programa Parque da Liberdade, que urbanizou a região e reassentou mais de 5 mil pessoas que viviam em palafitas. Destacou sua participação na conclusão da obra quando era Secretário de Estado da Infraestrutura e citou a colaboração de Telma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

Pinheiro, Filuca e Pedro Fernandes. Informou que a via foi recentemente renomeada pelo Prefeito Eduardo Braide como Avenida do *Reggae*, em homenagem à cultura maranhense. Por fim, parabenizou o Prefeito pela iniciativa e expressou expectativa de que também seja concluído o monumento ao Bumba Meu Boi, financiado com recursos de emenda parlamentar de sua autoria, para valorizar o folclore do Maranhão.

**Carla Dickson (UNIÃO - RN)** - A Deputada lamentou o agravamento da crise no Rio Grande do Norte (RN), criticando os Governos Estadual e Federal do Partido dos Trabalhadores (PT), por não resolverem o problema da seca, que levou 65 Municípios a decretarem estado de emergência. Além disso, condenou a precariedade da educação, destacando que o Estado ocupa o último lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e apontou o colapso da saúde pública, com hospitais superlotados, falta de remédios, greve de servidores e aumento da dengue. Repudiou ainda a declaração do Presidente Lula de que traficantes são vítimas dos usuários, acusando-o de conivência com facções criminosas. Por fim, comparou a política de Lula à do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a quem elogiou pela firmeza na defesa da segurança pública.

**Silvia Cristina (PP - RO)** - A Deputada manifestou indignação diante da falta de valorização dos produtores de leite brasileiros, lembrando que cerca de 1 milhão de produtores e 4 milhões de famílias dependem da atividade. Destacou que, em Rondônia, o número de produtores caiu de 33 mil para cerca de 20 mil, reflexo da ausência de políticas públicas adequadas e do desrespeito aos trabalhadores rurais. Ademais, defendeu a adoção de medidas que assegurem renda e dignidade a quem produz. Ao final, reforçou sua defesa dos produtores rurais na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e cobrou maior reconhecimento ao leite como alimento essencial e fonte de sustento.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado relatou reunião com mais de 400 produtores de leite realizada em Guanambi (BA), com a presença de técnico do Ministério da Agricultura, Bruno Leite, para discutir a crise no setor. Afirmou que a produção tornou-se inviável, destacando que o preço do litro caiu de R\$ 3,16, em 2023, para cerca de R\$ 2,00, desestimulando milhares de pequenos produtores que dependem da atividade. Ademais, ressaltou sua visita ao Município de Livramento (BA), onde a Prefeita Joanina tem apoiado a agricultura local e enfrentado desafios pessoais e administrativos, e a Palmas de Monte Alto (BA), no Distrito de Espraiado, onde participou de encontro com Vereadores e lideranças. Ao final, agradeceu o apoio do Prefeito Tito, de Palmas de Monte Alto (BA), e reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da produção de leite e o desenvolvimento agrícola da região.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Zé Trovão (PL - SC)** - O Deputado criticou a pauta da semana de esforço concentrado da Câmara dos Deputados, afirmando que o Brasil não avançará enquanto estiver sob a liderança do Presidente Lula. Ademais, manifestou-se contrariamente ao requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 4.527, de 2025, que prevê estudo prévio de impacto do serviço de transporte de passageiros por aplicativo com uso de motocicleta no âmbito dos sistemas de saúde pública e de mobilidade urbana como requisito para autorização da atividade, na forma que especifica. Alegou ainda que a proposição busca restringir o serviço de mototáxi, lembrando que a atividade garante sustento a milhares de famílias no Norte e no Nordeste. Além disso, repudiou o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, por considerar que a proposta tem caráter arrecadatório ao ampliar as vagas formais de 915 mil para quase 2 milhões, obrigando empresas a pagar por vagas não ocupadas, o que aumentaria em 7 bilhões de reais a receita do Governo Federal. Adicionalmente, defendeu que o Parlamento priorize a reforma administrativa e medidas estruturantes. Ao final, rejeitou o modelo presidencialista, argumentando que o País precisa ser resguardado contra governos personalistas e ineficientes.

### ORDEM DO DIA

**Antonio Brito (PSD - BA)** - O Deputado manifestou apoio às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e alertou para a necessidade de revisão do Decreto nº 12.686, publicado em 20 de outubro, que tratou da educação inclusiva sem a participação da Federação Nacional das Apaes e das entidades estaduais. Também destacou que já existem projetos de decreto legislativo em tramitação para revogar a norma e defendeu um debate mais amplo com as instituições filantrópicas. Ao finalizar, solicitou a intervenção do Ministério da Educação e da Câmara para proteger as Apaes e garantir segurança jurídica às entidades.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro. Ademais, afirmou que o Governo Lula valorizou os trabalhadores e reafirmou o compromisso com a democracia e a independência do País. Em contraposição, criticou a postura do ex-Presidente Jair Bolsonaro e defendeu a memória das vítimas da ditadura.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

**Max Lemos (PDT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro. Além disso, parabenizou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por seu aniversário e exaltou sua atuação como estadista comprometido com os interesses nacionais. Afirmou que Lula devolveu o orgulho ao povo brasileiro ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

governar com soberania e dignidade, sem submissão a interesses externos. Destacou programas voltados à inclusão social e lembrou que o Brasil voltou a sair do Mapa da Fome sob sua gestão. Em contraste, criticou declarações de opositores e reiterou que a democracia e a soberania do País não são negociáveis.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro. Em seguida, criticou a postura da Esquerda e dos meios de comunicação em relação ao ex-Presidente Jair Bolsonaro. Afirmou que o nome de Bolsonaro ainda domina o discurso de seus opositores e acusou a imprensa, especialmente a Rede Globo, de ter mantido ataques constantes ao Governo anterior, enquanto silencia diante do atual Governo Lula. Também mencionou decisões do Supremo Tribunal Federal durante a gestão Bolsonaro e acusou o atual Governo de autoritarismo e alinhamento ideológico.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro. Ademais, criticou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusando-o de defender traficantes ao usar um boné com a sigla “CPX” durante visita ao Complexo do Alemão. Também citou declarações de Lula sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia, a Venezuela e a democracia, classificando-as como desrespeitosas ao povo brasileiro.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro. Além disso, mencionou o ex-Presidente Jair Bolsonaro, destacando ações de seu governo, como a criação do Pix, e afirmou sentir saudades de sua gestão. Em tom crítico, fez referência ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contestando posições atribuídas a ele.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.278, de 2025, que dispõe sobre a composição e criação de cargos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.278, de 2025, que dispõe sobre a composição e criação de cargos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 4.278, de 2025, que dispõe sobre a composição e criação de cargos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente da sessão explicou que a urgência para o Projeto de lei nº 4.278, de 2025, que cria três novas vagas de Desembargador no Tribunal Regional Federal da 5ª Região foi proposta pelo Conselho da Justiça Federal, presidido pelo Ministro Herman Benjamin. Ressaltou que essa será a única ampliação autorizada durante a atual gestão do Conselho e destacou a relevância da medida para os seis Estados atendidos pelo tribunal — Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Por fim, afirmou que a criação das vagas permitirá a formação da corte especial, aumentará a eficiência e agilizará os julgamentos, sem impacto adicional ao orçamento do Poder Judiciário.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 4.278, de 2025, que dispõe sobre a composição e criação de cargos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada defendeu o fortalecimento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, destacando que a ampliação de vagas de Desembargador era essencial para garantir o acesso à Justiça no Nordeste, região com grande demanda reprimida. Afirmou que o Projeto de lei nº 4.278, de 2025, em discussão, possuía previsão orçamentária e respeitava a Lei de Responsabilidade Fiscal, reforçando o compromisso do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a defesa dos direitos do povo brasileiro. Ao final, comparou o cenário atual, de inflação controlada e redução da fome, com o período do ex-Presidente Jair Bolsonaro, a quem chamou de condenado e presidiário.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 4.278, de 2025, que dispõe sobre a composição e criação de cargos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Além disso, acusou o Supremo Tribunal Federal de violar a Carta Magna e mencionou que havia Parlamentares presos com base em delações sem provas e classificou a situação do ex-Presidente Jair Bolsonaro como prisão domiciliar injusta, sustentada por um “inquérito *fake*”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 4.278, de 2025, que dispõe sobre a composição e criação de cargos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Além disso, criticou o Senador Rodrigo Pacheco, ex-Presidente do Congresso Nacional, e o atual comando da Casa, afirmando que ambos não reagiram aos excessos do Supremo Tribunal Federal nem avançaram com pedidos de *impeachment* contra o Ministro Alexandre de Moraes. Também elogiou a ex-Ministra Eliana Calmon, do STJ, por suas declarações sobre a situação política do País e reiterou sua defesa do ex-Presidente Jair Bolsonaro, argumentando que não houve tentativa de golpe.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 4.278, de 2025, que dispõe sobre a composição e criação de cargos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada pediu esclarecimentos ao Presidente Hugo Motta sobre a ordem de votação da sessão plenária.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada defendeu o Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que trata dos direitos de mulheres em períodos menstruais e rebateu críticas de Parlamentares da Oposição. Também lembrou que, durante o Governo anterior, políticas de dignidade menstrual foram negadas, o que agravou a situação de meninas sem acesso a absorventes. Por fim, ressaltou que a atual Gestão garantiu a distribuição gratuita desses itens e afirmou que o projeto representa um avanço na proteção e no cuidado com as mulheres em situação de vulnerabilidade durante o ciclo menstrual.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual. Além disso, destacou ser inaceitável que o Presidente defendesse criminosos. Por fim, afirmou que o Brasil enfrentava um cenário de desordem institucional e criticou a postura do Governo em relação à segurança pública e ao combate ao tráfico de drogas.

**Dandara (PT - MG)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.249, de 2022, que acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada rebateu críticas à política de igualdade salarial, afirmando que a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou em 2024, alcançando 58,3%, em comparação a 2023. Classificou como falsas as alegações de que a igualdade de salários teria reduzido essa participação. Também recordou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro vetou o programa de saúde menstrual e recorreu à Justiça para impedir sua implementação, enquanto o Presidente Lula garantiu o direito por decreto.

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada destacou que o Estado do Rio de Janeiro vive uma encruzilhada política e social, com altos índices de desigualdade, violência e desemprego. Criticou o Prefeito Eduardo Paes por propor uma frente ampla contra o bolsonarismo enquanto se aliava ao PL e a Silas Malafaia, investigado no inquérito do golpe. Por fim, defendeu a união da esquerda em torno de um projeto democrático e popular que priorizasse o povo trabalhador, as mulheres e as periferias, para reconstruir o Rio de Janeiro e transformá-lo em um Estado comprometido com a democracia e os direitos sociais.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e exames de triagem.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e exames de triagem.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e exames de triagem.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e exames de triagem.

**Afonso Hamm (PP - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e exames de triagem.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Governo Federal por não cumprir promessas feitas ao Estado da Paraíba. Afirmou que o Presidente Lula anunciou o PAC 3, mas teria deixado o Estado sem investimentos, com quase mil obras paralisadas. Citou a triplicação da BR-230 e a situação da Praça do Meio do Mundo, em Campina Grande (PB), como exemplos de abandono. Declarou que o Governo não entregou resultados esperados e cobrou a execução das obras prometidas, destacando que, apesar da expressiva votação de Lula na Paraíba, o Estado continuava sem receber os investimentos anunciados pelo programa federal.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e exames de triagem. Criticou o Governo Federal e afirmou que o Presidente Lula teria abandonado o Estado do Pará em obras de infraestrutura, destacando a situação da rodovia Transamazônica e de pontes na região. Acusou o Ministro dos Transportes, Renan Filho, de não cumprir promessas de conclusão das obras, citando a ponte entre Xambioá (TO) e São Geraldo (PA) e a estrutura sobre o Rio Xingu, em Belo Monte (PA). Por fim, informou que as obras foram deixadas praticamente prontas pelo Governo anterior, mas permaneciam inacabadas por falta de gestão e comprometimento do atual Governo.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e exames de triagem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Carla Dickson (UNIÃO - RN)** - A Deputada elogiou a aprovação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.821, de 2023, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para dispor sobre ações direcionadas a ampliar os serviços de mamografia e exames de triagem. Destacou que a proposta busca facilitar o diagnóstico dos dois tipos de câncer que mais causam mortes entre mulheres no Brasil e ressaltou a importância de políticas públicas voltadas à prevenção. Afirmou que a medida representa um avanço na proteção e no cuidado com a saúde da mulher brasileira, especialmente durante o Outubro Rosa.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.112, de 2024, que cria o programa de Medidas de Apoio Matricial para Redução de Morbimortalidade Materna — MAMM.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.112, de 2024, que cria o programa de Medidas de Apoio Matricial para Redução de Morbimortalidade Materna — MAMM.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.112, de 2024, que cria o programa de Medidas de Apoio Matricial para Redução de Morbimortalidade Materna — MAMM.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada defendeu a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.112, de 2024, que cria o programa de Medidas de Apoio Matricial para Redução de Morbimortalidade Materna — MAMM. Destacou que o projeto apresentado seguiu a linha do programa do Governo Federal que buscava reduzir em 25% a mortalidade materna até 2027, denominado Aline Pimentel, em homenagem a uma gestante que morreu por desassistência. Afirmou que a proposta visava garantir políticas públicas para diminuir as mortes maternas e promover o respeito à dignidade das mulheres. Defendeu o enfrentamento da violência obstétrica e a necessidade de reconhecer práticas naturalizadas que resultavam em violações de direitos. Também mencionou a perda de vidas durante a pandemia da Covid-19, associando o episódio à falta de responsabilidade de gestões anteriores.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado elogiou o resultado das eleições na Argentina, afirmando que o povo argentino teria rejeitado partidos de Esquerda nas urnas. Disse que pesquisas eleitorais teriam sido manipuladas e comparou o cenário argentino a outros países da América do Sul, como Chile, Bolívia e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

Colômbia, defendendo mudanças políticas na região. Associou governos de Esquerda a regimes autoritários e criticou a relação do Presidente Lula com líderes estrangeiros. Além disso, declarou acreditar que, nas próximas eleições, o Congresso Nacional ampliaria a representação da Direita, permitindo a aprovação de medidas que seriam necessárias para o avanço do Brasil.

**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto.

**Gisela Simona (UNIÃO - MT)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado expressou preocupação com os rumos econômicos e políticos do País sob o Governo Lula. Afirmou que a alta carga tributária estaria levando muitos brasileiros a deixar o País e criticou o aumento da dívida pública, que poderia alcançar R\$ 10 trilhões até 2026. Declarou que, apesar da arrecadação recorde de impostos, o Governo não estaria entregando resultados à população. Por fim, fez um



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

apelo ao Congresso Nacional para conter as ações do Presidente Lula e proteger os trabalhadores brasileiros dos efeitos da política econômica atual.

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto. Na oportunidade, abordou a situação da mortalidade materna e da violência obstétrica no Brasil, destacando que esses problemas afetam de forma desproporcional mulheres negras e indígenas. Relatou ter vivido duas experiências de parto respeitosas, mas ressaltou que essa não é a realidade da maioria das brasileiras. Defendeu a importância de políticas específicas para garantir o direito das mulheres indígenas a um parto humanizado e seguro, com respeito cultural e cuidados adequados.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto. Em seguida, criticou o Governo Lula, afirmando que o país vive “à beira do abismo” e que a atual gestão já acumula mais de R\$ 3 trilhões em rombo nas contas públicas. Também atacou o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acusando-o de aumentar impostos continuamente e de sufocar empresários e trabalhadores. Comparou os resultados econômicos dos Governos, dizendo que Bolsonaro deixou o Brasil com superávit de R\$ 57 bilhões, enquanto Lula teria gerado um déficit de R\$ 230 bilhões. Por fim, elogiou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, dizendo que agora ele “está na turma correta” e expressou confiança de que “fará justiça no STF e permitirá o retorno de Bolsonaro ao Governo”.

**Dandara (PT - MG)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto. Na oportunidade, ressaltou que as mulheres indígenas sofrem formas especialmente cruéis de violência obstétrica, o que exige ações específicas de proteção e dignidade. Celebrou o fato de o projeto integrar a semana temática da saúde da mulher na Câmara e enfatizou a importância de incluir o recorte racial e étnico — mulheres indígenas, negras e quilombolas — nas políticas públicas. Concluiu parabenizando a bancada feminina pela sensibilidade com o tema e reafirmando o compromisso de aprovar o mérito do projeto o quanto antes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto. Em seguida, defendeu a gestão do atual Governo Lula e lembrou os 800 bilhões de reais de déficit do Governo Bolsonaro.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada afirmou que o Partido Liberal (PL) votou a favor da urgência do Projeto de Lei nº 1.527, de 2025, que dispõe sobre normas e diretrizes para a prevenção e o combate à violência obstétrica contra mulheres indígenas, visando garantir o respeito às particularidades culturais e à integridade física e psicológica durante o período gravídico, durante o parto e no pós-parto; mas defendeu que o mérito seja debatido de forma integrada, dentro de uma política ampla que envolva todo o ciclo da gestação — do pré-natal ao puerpério. Em seguida, trouxe um alerta sobre um decreto do Governo que, segundo ela, ameaça escolas especializadas, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apeae) e Pestalozzis, gerando desespero entre as mães de crianças com deficiência. Sustentou que nenhuma lei ou decreto deve tutelar a escolha das famílias, e que todas as modalidades de ensino devem coexistir. Por fim, pediu o apoio da bancada feminina, diálogo com o Governo e com os Presidentes da Câmara e do Senado para tranquilizar as mães, lembrando que 70% das mulheres com filhos com deficiência são abandonadas pelos maridos e assumem sozinhas a chefia da família.

**Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Gisela Simona (UNIÃO - MT)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas.

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas. Na oportunidade, defendeu que a violência obstétrica seja tratada de forma específica, e não diluída em outros tipos de violência contra a mulher. Citou práticas abusivas, como a episiotomia feita sem consentimento, que causa riscos e dor desnecessária. Além disso, destacou que o Brasil tem altas taxas de cesáreas e defendeu o parto humanizado e respeitoso, seja natural ou cirúrgico. Por fim, pediu um debate baseado na ciência e na liberdade de escolha das mulheres.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas. Em seguida, criticou a gestão da segurança pública da Paraíba, atribuindo responsabilidade ao Governador do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e sua aliança com o Governo Federal.

**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.768, de 2025, que dispõe sobre a proibição da prática rotineira de episiotomia na assistência ao parto normal por profissional de saúde legalmente habilitado no âmbito das instituições de saúde públicas e privadas. Em seguida, ressaltou o incômodo da Oposição diante boa convivência diplomática



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

entre os Presidentes Trump e Lula, e afirmou que quem realmente deixou o Brasil foram Paulo Figueiredo e Eduardo Bolsonaro, acusando-os de conspirar contra o País. Por fim, defendeu que a Câmara deveria cassar o mandato de Eduardo Bolsonaro, a quem acusou de receber dinheiro público sem trabalhar e agir contra o Brasil, afirmando que “os verdadeiros patriotas” deveriam ter coragem de puni-lo.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado respondeu ao Deputado Rodrigo Rollemberg, chamando-o de mentiroso por afirmar que Eduardo Bolsonaro estaria recebendo salário. Disse que isso é falso, pois as contas de Eduardo e de sua esposa estão bloqueadas por ordem do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Além disso, criticou o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, chamando-o de “prevaricador-chefe”, e afirmou que a Constituição tem sido constantemente violada. Por fim, defendeu o ex-Presidente Jair Bolsonaro, alegando que ele está preso há quase 60 dias sem provas de crime.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama. Na oportunidade, defendeu o Governo Lula, afirmando que ele tem promovido diversas políticas em defesa dos direitos das mulheres. Além disso, ressaltou que Lula jamais fez comentários machistas, ao contrário do ex-Presidente Jair Bolsonaro, afirmando que ele nunca defendeu as mulheres. Por fim, criticou Eduardo Bolsonaro, afirmando que ele gasta cerca de R\$ 132 mil mensais com o gabinete, teve descontos por faltas e está atuando contra o Brasil, enquanto reforçou que “o Presidente legítimo do país é Luiz Inácio Lula da Silva.”.

**Gisela Simona (UNIÃO - MT)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama. Em seguida, defendeu o Governador da Paraíba, João Azevêdo, respondendo a críticas da Oposição. Afirmou que o Governador é um dos mais bem avaliados do Nordeste, com 63% de aprovação, e ironizou dizendo que é por isso que a Paraíba foi comparada à Suíça, em referência a comentários feitos por adversários políticos.

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama. Na oportunidade, lembrou que o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) está em sintonia com essa garantia às mulheres, defendendo a política de saúde pública do Governo Federal.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama. Além disso, solicitou a apreciação PL nº 5.120, de 2025, que assegura o reajuste do servidor e da servidora do Ministério Público.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama. Além disso, criticou declarações atribuídas ao Presidente Lula e apontou desrespeito a pessoas com deficiência, população negra, trabalhadores auxiliares, população em situação de rua e consumidores. Qualificou as frases como inadequadas e registrou repúdio.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama. Além disso, leu matérias do G1 que relataram ação por improbidade contra o ex-Governador Rodrigo Rollemberg e operação da PF e do MPF sobre a cúpula do BRB.

**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada firmou que não cabia descontextualizar falas do Presidente Lula e lembrou imitação de pacientes com Covid-19 por ex-Presidente inelegível. Além disso, defendeu o Projeto de Lei (PL) nº 499, de 2025, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar às mulheres a partir



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização anual do exame de mamografia para o rastreamento do câncer de mama e parabenizou o Ministro Padilha pela portaria que garantiu mamografia sob demanda a mulheres de 40 anos e atendimento pelo SUS, inclusive para homens com indicação. Por fim, mencionou o item 12 da pauta referente ao requerimento de urgência para apreciação do PL nº 974, de 2024, que garante o direito aos pós-graduandos brasileiros autoespecializados que precisam ter direitos previdenciários.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado afirmou ter deixado o Governo do Distrito Federal sem responder a processos. Além disso, destacou que Eduardo Bolsonaro teria gasto verba de gabinete e tramado contra o País e previu desmoralização por Donald Trump.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.165, de 2025, que estabelece critérios para monitoração eletrônica de agressores no âmbito da violência contra a mulher, de que trata o § 5º, do art. 22 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - A Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.165, de 2025, que estabelece critérios para monitoração eletrônica de agressores no âmbito da violência contra a mulher, de que trata o § 5º, do art. 22 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado parabenizou o Presidente Hugo Motta pela pauta de interesse das mulheres e reiterou expectativa de que, no Dia do Servidor Público, fossem apreciados projetos dos servidores. Dessa forma, citou o Projeto de Lei (PL) nº 3.087, de 2025, referente ao adicional de qualificação dos servidores do Judiciário e o PL nº 4.750, de 2025, que reestrutura o Poder Judiciário. Além disso, solicitou a inclusão na pauta do PL nº 5.120, de 2025, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União, informando que já existe um requerimento de urgência para apreciação dessa proposição.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado parabenizou a Presidente Jack pela condução dos trabalhos. Além disso, apelou à Mesa Diretora para salvar o mandato da Deputada Carla Zambelli, apontada como presa ilegal e inconstitucional. Também defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Deputado Capitão Alberto Neto e a aprovação da proposição referente à previdência dos militares na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Por fim, afirmou ter assinado PEC da Reforma Administrativa (PEC nº 38, de 2025), porém rejeitaria qualquer texto com prejuízos a servidores, sobretudo policiais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada parabenizou a Parlamentar Jack pela condução da sessão. Além disso, lembrou o trato com o Presidente Hugo Motta para que mulheres presidissem pautas femininas.

**Duarte Jr. (PSB - MA)** - O Deputado homenageou a vitória do Luminense Atlético Clube, campeão da Série B do Campeonato Maranhense, e assinalou que o time, com 4 anos, disputaria a Série A. Registrou o trabalho de Linaldo da Silva, da Vereadora Kamilla Belfort e do Prefeito Fred Campos, de Paço do Lumiar. Anunciou ainda recursos e apoio à construção de arena no Município, articulada a escolinhas e à educação.

**Jack Rocha (PT - ES)** - A Presidente da sessão parabenizou o Deputado Duarte Jr., ressaltando o esporte como ferramenta de inclusão e declarou que Paço do Lumiar (MA) está bem representado. Saudou também servidores e servidoras pelo Dia do Servidor Público e afirmou compromisso com a defesa e a representação digna. Além disso, reconheceu que, nos 5.569 Municípios, nos 26 Estados e no Distrito Federal, o Estado Democrático de Direito depende desse trabalho.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado abordou o encarecimento das passagens aéreas no Brasil, que acumularam alta de 118% desde o início da pandemia, alcançando 328% em regiões como o Norte. Destacou as cobranças adicionais por bagagens, especialmente pela mala de mão, que se tornaram instrumento de transferência de custo ao passageiro. Dessa forma, defendeu a proibição de cobranças abusivas para bagagem de mão e revisão dos critérios para despacho, de modo que o direito de voar seja garantido pelo princípio de acessibilidade ao transporte. Por fim, reafirmou que o Congresso Nacional tem responsabilidade de devolver ao povo brasileiro a confiança no transporte aéreo, assegurando o direito de ir e vir com dignidade.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou a possível suspensão da emissão de passaportes pela Polícia Federal, a partir de 3 de novembro de 2025, pela falta de recursos financeiros repassados pelo Governo. Apontou as consequências para cidadãos, com famílias adiando viagens médicas e profissionais perdendo oportunidades no exterior. Além disso, evidenciou as "ginásticas fiscais" do Governo para contornar o arcabouço fiscal, por meio de exclusões de despesas, ampliação da dívida pública e projeção de superávits fictícios. Destacou ainda que a Polícia Federal (PF) demanda R\$ 421,6 milhões para concluir obras essenciais e combater crimes ambientais. Por fim, reafirmou que o retrato do Governo reflete promessas vazias e burocracia paralisante, beneficiando interesses políticos enquanto o cidadão comum arca com os prejuízos de uma gestão incompetente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada celebrou a sanção presidencial do Projeto de Lei nº 5.178, de 2023, de sua autoria, que oficializa do nome de Maria da Penha para a Lei nº 11.340, de 2006, reconhecendo a história de coragem e resistência da mulher que transformou sua tragédia pessoal em luta pelos direitos das mulheres. Destacou que a oficialização reforça o poder simbólico da legislação, uma das mais inovadoras no combate à violência de gênero, dando a todas as vítimas uma história real e concreta de amparo jurídico e institucional para romper o ciclo de violência. Além disso, ressaltou os desafios persistentes, como a falta de delegacias especializadas, equipes de atendimento psicológico e jurídico, bem como a subnotificação e o medo que impedem denúncias. Por fim, reafirmou que o nome de Maria da Penha deve ecoar nas escolas, comunidades e famílias, consolidando-se como pilar sólido da cidadania feminina brasileira e símbolo de um País que não tolera violência de gênero.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado saudou o encontro entre o presidente Lula e o presidente Trump na Malásia como marco histórico nas relações entre Brasil e Estados Unidos, reconhecendo o tom de respeito mútuo e disposição para avançar nas negociações. Destacou a revisão das tarifas de 50% impostas aos produtos brasileiros, consideradas injustificadas, e a delegação brasileira de alto nível liderada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin que irá a Washington consolidar negociações para reduzir barreiras e gerar empregos. Além disso, ressaltou a afirmação de Lula em manter a América do Sul como zona de paz, seu protagonismo como interlocutor no diálogo entre Estados Unidos e Venezuela, bem como a rejeição a qualquer lógica de Guerra Fria. Evidenciou ainda que o Brasil voltou a negociar de igual para igual, afirmando princípios de soberania e desenvolvimento econômico. Por fim, reafirmou o compromisso com uma política externa ativa, democrática e desenvolvimentista, marcada pelo respeito mútuo e pela afirmação da soberania nacional.

**Vander Loubet (PT - MS)** - O Deputado manifestou preocupação com o consumo de maconha e declarou que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de descriminalizar o porte configurara retrocesso e interferência nas prerrogativas constitucionais do Legislativo. Assinalou os riscos à saúde que o consumo da maconha pode ocasionar e alertou para impactos no sistema de saúde. Ressalvou ainda o uso medicinal, com regulação estrita e produção estatal. Por fim, defendeu manter a criminalização do uso recreativo e conclamou reflexão dos Colegas.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado assinalou que a inteligência artificial avança mais rápido que a capacidade de compreensão pública e que o risco reside na crença de que a razão técnica possa substituir o discernimento humano. Invocou Rousseau, Kant e o legado do Iluminismo sobre a delegação às máquinas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 233.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 27/10/2025

Atribuiu ainda ao Parlamento a garantia que a tecnologia sirva ao ser humano. Por fim, defendeu uma legislação prudente, com visão de futuro e ética, a fim de prevenir ameaças à humanidade.

### **ENCERRAMENTO**